



Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

Birigui – 2 de junho de 2023.

Parecer: 69/2023

Solicitante: José Luíz Buchalla

Presidente da Câmara Municipal de Birigui

Assunto: Projeto de Lei nº 159/2022 – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de válvulas de retenção nas redes de esgoto de novas residências e em novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no município de Birigui e dá outras providências”.

Senhor Presidente:

Conforme determinado por Vossa Excelência, estamos enviando parecer sobre o projeto em epígrafe, de autoria do Vereador Marcos Antônio Santos que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de válvulas de retenção nas redes de esgoto de novas residências e em novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no município de Birigui e dá outras providências. Projeto registrado no Protocolo Geral desta Casa sob número 4220/2022, em 15 de dezembro de 2022. Despachado para parecer em 1 de junho de 2023. Recebido para parecer em 1 de junho de 2023.

I – Do Projeto.

Institui a obrigatoriedade para que novos empreendimentos imobiliários realizem a instalação de válvulas de retenção de entrada de esgoto, despesas de instalação serão por conta do proprietário do imóvel ou do empresário loteador, fiscalização realizada pelo poder Executivo.



ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO BAGGIO BARBIERE

DATA
05/06/2023

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

SERPRO



Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

II – Do Vício de Iniciativa.

O presente projeto possui alguns aspectos que devem ser analisados, primeiramente de acordo com a Lei Orgânica do Município de Birigüi em seu artigo 40 é de competência do chefe do Poder Executivo municipal a organização administrativa, atribuição de órgãos dentre outras.

Lei Orgânica do Município de Birigüi:

Art. 40 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre: **I** – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica; **II** - fixação, reajuste ou aumento de remuneração dos servidores; **III** – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos; **IV** – organização administrativa, criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal; **V** – os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e os créditos suplementares e especiais.

O presente projeto em seu artigo 3º disponibiliza a obrigatoriedade de fiscalização ao poder público municipal, dentre as atribuições que já possui em relação a fiscalização urbanística, entendemos que essa obrigatoriedade de acordo com o artigo 40, IV da Lei Orgânica do Município de Birigüi é de competência do chefe do Executivo Municipal, pois resulta em mais uma tarefa aos agentes fiscalizadores competentes para fiscalizar obras no perímetro urbano do município.

O artigo 4º também entendemos em seu parágrafo único que estabelece campanhas de conscientização em contas de serviços



Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

públicos uma atribuição ao órgão responsável por determinado serviço do poder Executivo, assim estaria invadindo competência do mesmo de acordo com o artigo 40, IV da Lei Orgânica do Município de Birigüi.

Eis jurisprudência nesse sentido:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI Nº 6.001, DE 30 DE JUNHO DE 2020, DO MUNICÍPIO DE VALINHOS, QUE CRIA O PROGRAMA DE TERAPIAS NATURAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO - NORMA DE INICIATIVA PARLAMENTAR VÍCIO DE CONSTITUCIONALIDADE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA AFETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA DISPOR SOBRE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INICIATIVA DE LEI PARA CRIAÇÃO DE ÓRGÃO NA ADMINISTRAÇÃO QUE PERTENCE EXCLUSIVAMENTE AO CHEFE DO EXECUTIVO VIOLAÇÃO, TAMBÉM, AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES AÇÃO PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 6.001/2020 DO MUNICÍPIO DE VALINHOS.” (Direta de Inconstitucionalidade nº 2257572-95.2020.8.26.0000, Rel. o Des. FERRAZ DE ARRUDA, j. 17.11.2021).

III – Da Conclusão.

Por atribuir obrigações ao poder Executivo, não estando de acordo com o artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Birigüi, o projeto se encontra ilegal.

Assim, opinamos pela ilegalidade da propositura, submetemos o presente à alta consideração de Vossa Excelência, e aos demais membros da Casa.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO BAGGIO BARBIERE

DATA
05/06/2023

A certificação com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo



ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO BAGGIO BARBIERE

DATA

05/06/2023

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assimador-digital>

SERPRO ere

Advogado Público

OAB/SP nº 298.588